

BREVE ANÁLISE DOS PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL (2018)

Mirian França Santos
Universidade de São Paulo (USP)
mirifranca@gmail.com

Bianca Correa
Universidade de São Paulo (USP)
biancacorrea@ffclrp.usp.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento que, por sua vez, compõe projeto de pesquisa coletiva sobre a gestão da/na educação infantil (EI), em uma região metropolitana do interior do estado de São Paulo. No Brasil, a luta por educação e, particularmente, pela criação de creches, foi protagonizada por movimentos feministas e de mulheres, integrando as pautas defendidas por elas contra uma sociedade organizada sob a forma patriarcal. Em que pese toda essa luta e um enorme crescimento em termos de matrícula, o estudo de José Marcelino de R. Pinto e Bianca Correa (2019) informa que, ainda em 2019, as desigualdades estruturais permaneciam em evidência. Em outro estudo, realizado por Fabiana Fernandes, Nelson Gimenes e Juliana Domingues (2017), os dados apreendidos reafirmam que o acesso à creche se relaciona diretamente com as condições de vida das mães. Além disso, a falta desse acesso atinge mais fortemente a vida das mulheres negras, pois é nas ocupações mais desvalorizadas e onde a remuneração é mais baixa que a presença delas é maior, quando precisam conciliar o trabalho remunerado com o cuidado das crianças.

Nosso país vinha, até o golpe de 2016, quando uma presidenta eleita sofreu um processo de *impeachment*, sendo pródigo na produção de normativas e orientações para a EI desde, pelo menos, o governo de Fernando Henrique Cardoso. No bojo da aprovação da nova Constituição, em 1988, e da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, também foram diversos os documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) para as áreas, níveis e modalidades da educação, antes e após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. Para a discussão que ora apresentamos, vamos nos ater à etapa da EI e a um documento, formulado originalmente em 2006,

sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e completamente alterado ao apagar das luzes de 2018, ainda no governo de Michel Temer.

Nesse contexto, é importante lembrar, conforme Bianca Correa (2003, p. 86), que:

[...] os estudos sobre o fenômeno educacional implícita ou explicitamente, parecem discutir, questionar e, no limite, apontar novos métodos, estratégias, meios etc. para uma melhoria da assim chamada qualidade da educação. O mesmo vale para as políticas educacionais, especialmente no que diz respeito às chamadas “reformas educacionais” que, ao menos no plano do discurso, justificam suas propostas e projetos com base na necessária busca da melhoria da qualidade da educação. O mesmo termo, contudo, pode assumir diferentes significados e posicionamentos, tanto ideológicos quanto práticos.

Já para José Gimeno Sacristán (1996, p. 63):

Outra das características estruturais das reformas educacionais atuais é sua justificação pela busca de uma melhor qualidade. Contraditoriamente, em tempos de crise de expansão e escassez de recursos, o apelo à qualidade aparece como palavra de ordem de justificação das reformas e das políticas educacionais.

Apenas por esses dois exemplos, podemos perceber que qualidade é, no mínimo, um termo polissêmico que pode ser utilizado visando a interesses completamente opostos. Correa (2003, p. 90), buscando uma definição mínima de qualidade a ser considerada na EI, alerta que:

[...] podemos discutir certas características das crianças e sobretudo seus direitos, estes sim, iguais para todas, pois, ainda que se baseie na ideia de que conceitos e valores sejam historicamente transformados e, portanto, provisórios, não absolutos, há que ressaltar a emergência, em diferentes períodos, de alguns consensos. Dentre esses consensos, dos quais partilha a sociedade de um modo geral, pode-se citar, na atualidade, a questão dos direitos das crianças; ainda que estejamos longe de atendê-los em sua totalidade, há um forte movimento no sentido de reivindicá-los.

Considerando, assim, essa diversidade de sentidos, é que discutimos o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, revisado em 2018 (PQEI18) – o original foi publicado em 2006, em contexto completamente diverso.

CONTEXTO

A leitura e a interpretação dos PQEI18 se deram a partir dos procedimentos de análise documental, os quais, como ressaltam Rosana Kripka, Morgana Scheller e Danusa Bonotto (2015), preocupam-se em compreender as relações entre o conteúdo explícito, os significados implícitos e o contexto em que foram produzidos.

O documento analisado foi reeditado em meio a uma conjuntura de enfraquecimento da democracia brasileira, um cenário de fortes ataques aos direitos sociais até então conquistados, entre eles os educacionais (FRIGOTTO, 2017). O orçamento público voltado para a educação havia sido reduzido por meio da emenda constitucional nº 95 de 2016. Poucos anos antes, em 2014, a aprovação do Plano Nacional de Educação se deu sob as pressões de grupos reacionários para a retirada do artigo que previa a superação de desigualdades de gênero, raça, localidade, sexualidade, etc. Sendo assim, o quadro de elaboração dos PQEI18 é composto pelas marcas da política econômica neoliberal, a qual reduz os gastos com as áreas sociais, e pelo aumento do exercício de influência dos representantes da burguesia (grandes empresários, economistas, etc.) na construção de políticas públicas.

RESULTADOS PARA DISCUSSÃO

O conteúdo dos PQEI18 está distribuído ao longo de oito “áreas focais”, cada uma delas contendo “princípios”, e esses, por sua vez, contendo “parâmetros”. Ao todo o documento possui 241 parâmetros, os quais são, para cada princípio, direcionados a grupos específicos, a saber: “Ao gestor da Secretaria Municipal de Educação”, “Ao gestor da instituição de educação infantil” e “Ao professor e profissionais de apoio”.

A maior parte dos parâmetros é destinada aos dois primeiros grupos, ou seja, aos gestores. Direcionados a esses sujeitos, chama atenção a presença e a quantidade de parâmetros (cinco) que preveem a realização de “parcerias” com o setor privado, inclusive fazendo menção à possibilidade de contratação de vagas em creches particulares. Sendo um documento que trata da qualidade da EI, o texto induz a pensar que a adesão a tais “parcerias” não provocaria prejuízos para a qualidade dessa etapa educacional, em sentido oposto ao que afirmam Vera Peroni e Teise Garcia (2020).

Para as crianças da EI, a privatização cresce, sobretudo através da implementação de programas a baixo custo, sendo essa a perspectiva de “qualidade” que os PQEI18 parecem fortalecer. Os programas a baixo custo são, historicamente, incompletos e precários, muitos deles, nos termos de Fúlvia Rosenberg (2015), do tipo “familiarista”. Tais programas são também direcionados às crianças mais pobres, que no Brasil são também negras. Os dados levantados por Pinto e Correa (2020) mostram que são essas crianças as que possuem as menores taxas de matrícula na EI e, como mencionado por Correa (2020), atualmente têm se constituído em “objetos” de interesse para os assim chamados “negócios de impacto social” (NIS). Nesse sentido, os novos PQEI reforçam um conjunto de medidas e orientações que favorecem a mercantilização no campo da EI, sem considerar as condições materiais necessárias e tampouco a formação e a valorização docente.

REFERÊNCIAS

CORREA, B. Considerações sobre qualidade na Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 85-112, 2003.

CORREA, B. A educação infantil sob a lógica do empreendedorismo e dos negócios de impacto social. **Educação em Revista**, v. 36, p. 1-13, 2020.

FERNANDES, F.; GIMENES, N.; DOMINGUES, J. Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 320-341, 2017.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. *In*: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017. p. 17-34.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

PERONI, V.; GARCIA, T. Apresentação-Diálogos sobre distintas formas de privatização: caminhadas de pesquisa sobre o tema. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

PINTO, J. M.; CORREA, B. Educação infantil e a política de fundos: como tem caminhado essa etapa educacional, em especial com a aprovação do Fundeb? **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, 2020.

ROSENBERG, F. Políticas públicas e qualidade da educação infantil. *In*: ARTES, A.; UNBEHAUM, S. **Escritos de Fúlvia Rosenberg**, [s.:l.]: [s.:n.], 2015. p. 216-235.

SACRISTÁN, J. G. Reformas educacionais: utopia, retórica e prática. *In*: SILVA, T.; GENTILE, P. **Escola S. A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. p. 50-74.